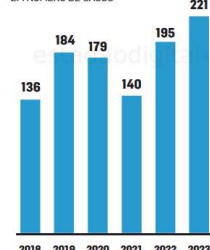


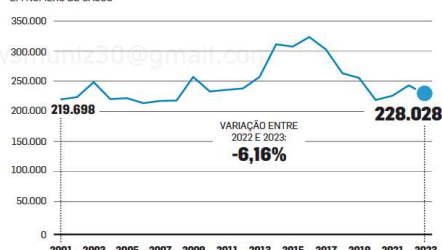
Total de feminicídios

EM NÚMERO DE CASOS



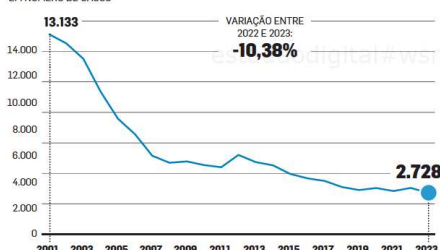
Total de roubos

EM NÚMERO DE CASOS



Número de vítimas de homicídio doloso

EM NÚMERO DE CASOS



FONTES: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO: ESTADO

“Envolve muito mais do que apenas o crime em si, mas toda uma situação que faz com que essa vítima tenha vergonha, medo e não entenda que está sendo vítima desse tipo de crime”, diz a delegada Jamila Ferrari, que coordena as delegacias da mulher de São Paulo. Ela relembra que, até setembro de 2018, o crime de estupro dependia de representação da vítima, o que fazia com que as denúncias fossem ainda mais restritas. “Antes, as vítimas que tinham que, efetivamente, pedir para a polícia investigar, ir atrás e denunciar os seus agressores”, disse.

Hoje em dia, se uma delegacia recebe uma denúncia anônima ou é notificada por um hospital, por exemplo, a Polícia Civil abre uma investigação para o caso, independentemente da vontade da vítima. Além disso, como a maior parte dos estupros é de vulneráveis, a delegada afirma que outro foco é estreitar o contato com escolas. “Esse crime ficava extremamente subnotificado, debaixo do pano”, disse. “Agora essas informações vêm de várias formas: não só pela própria vítima, com ela indo

até a polícia, mas também por meio de outros sistemas, que são obrigados a informar, e pelas próprias pessoas do entorno da vítima, que também podem denunciar.”

FEMINICÍDIOS. No mesmo cenário, o balanço de feminicídio aponta novo recorde do registro, tabulado pela pasta desde 2018. Em 2023, foram 221 casos, alta de 13,4% em um ano.

O governo e autoridades judiciárias falam que, em parte, a alta se dá pela melhor capacidade de registro e enquadramento de um homicídio como feminicídio. Ao mesmo tempo, especialistas apontam a possibilidade de maior incidência criminal desde o período pós-pandemia.

Conforme Jamila Ferrari, dos 181 casos registrados de janeiro a outubro de 2023, as vítimas só haviam feito boletim de ocorrência anteriormente em 40 casos. Além disso, em apenas 12 destes elas tinham medida protetiva. A ideia, diante disso, é ampliar a proteção a quem foi alvo de agressão.

Na mais recente iniciativa nesse sentido, a SSP, em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), come-

“(o estupro) Envolve muito mais do que apenas o crime em si, mas toda uma situação que faz a vítima ter vergonha, medo”

Jamila Ferrari
Coordenadora das delegacias da mulher

“As reduções seguidas (dos homicídios) são resultados das políticas criadas para combater este tipo de delito”

Sec. de Segurança Pública

çou a colocar tornozeleira eletrônica em agressores soltos após audiência de custódia. Até o momento, 72 pessoas receberam a tornozeleira, em iniciativa ainda concentrada na capital paulista. “Estamos em um projeto piloto, mas é uma ferramenta que, de fato, irá salvar vidas”, disse a delegada.

Em setembro, a secretaria divulgou que um homem de 53 anos foi preso em flagrante após a tornozeleira eletrônica, colocada no agressor após soltura em audiência de custódia, acusar que ele se aproximou da casa da vítima, contrariando determinação judicial.

“É consenso entre especialistas que o crime – que muitas vezes acontece no ambiente familiar – é o que tem maior índice de subnotificação. Para combater este problema, o governo faz campanhas frequentes para incentivar as mulheres a denunciar os agressores”, declarou a SSP.

Para atender as mulheres, o governo disse contar com 140 unidades territoriais de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), DDMs online e 77 salas DDM em plantões policiais. “A pasta proporciona atendimento 24h, permitindo

o registro de ocorrências via videoconferência com delegadas mulheres. A DDM está integrada em outras esferas governamentais, participa de operações nacionais e mantém parcerias com a Secretaria de Políticas para a Mulher, que tem, entre suas ações, o protocolo ‘Não se cale’.”

Os dados positivos sobre homicídio foram destacados em nota da SSP. “As reduções consecutivas são resultado das políticas criadas pela gestão para combater este tipo de delito, como o Sistema de Informação e Prevenção aos Crimes Contra a Vida (SPVida).” Lançada em fevereiro, a plataforma, segundo o governo, automatiza os dados e “auxilia as polícias a analisarem a dinâmica criminal dos crimes contra vida, para que, desta forma, seja possível elaborar diagnósticos e planos de ações com o intuito de reduzir as mortes”.

Outra ação para combater a criminalidade, ressaltou a pasta, “foi o aumento do policiamento ostensivo com a Operação Impacto, que colocou 17 mil policiais nas ruas diariamente”. ● **ITALDO LORENDIN DAMASCENO, MARCO ANTÔNIO CARVALHO E GIOVANNA CASTRO**

‘À medida que conscientização cresce, aumenta o nº de feminicídios’

Desde 2015, o feminicídio é considerado um tipo de homicídio qualificado e consta na lista de crimes hediondos, prevendo penas mais altas, de 12 a 30 anos de reclusão. Mas para a promotora de Justiça, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e autora de livros sobre Lei Maria da Penha Valéria Scarance, a identificação destes crimes não foi imediata, o que pode explicar o comportamento dos dados.

“À mesma medida que cresce a conscientização quanto a feminicídios, há um aumento dos índices de feminicídio e decréscimo do número de homicídios de mulheres. Isto ocorre porque mortes de mulheres que antes eram consideradas homicídios agora já são investigadas ou denunciadas como feminicídios”, afirma.

Nos dados divulgados pela SSP, é possível notar que o número de homicídios com vítimas do sexo feminino que não

configuram como feminicídio cai ano a ano, ao passo em que os feminicídios aumentam. Em 2018, foram 325 homicídios dolosos com vítimas mulheres e 136 feminicídios. Já em 2023, foram 226 homicídios dolosos de mulheres e 221 feminicídios.

Segundo a SSP, a maioria dos casos registrados em 2023 (mais de 50%) são de homicídios cometidos por homens contra suas parceiras ou ex-parceiras amorosas. Em segundo lu-

gar (mais de 30%), vêm os crimes contra familiares (mãe, irmã, filha, avó, tia, prima) e amigas. E em 80% de todos os casos, havia um quadro de violência doméstica anteriormente registrado. “No ano passado foi criado o programa SPVida, que analisa a dinâmica dos crimes contra a vida, incluindo os feminicídios”, diz a pasta.

A pesquisadora Thamiris Gomes Smania, doutoranda da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que estuda os casos de feminicídio na cidade desde 2019, diz que, com as campanhas de combate à violência contra a mulher e o maior rompimento do silêncio por parte das mulheres, o

feminicídio pode estar mais frequente. Na maioria dos casos, conta, as mulheres assassinadas queriam terminar o relacionamento e algumas tinham pedido para o agressor sair da

Recorde de casos
221 mulheres foram mortas em 2023 por razões que envolvem uma condição social do seu sexo

casa. “O feminicídio aparece quando a mulher tenta romper com os papéis sociais esperados pela sociedade. Aí a gente vê que vivemos em uma sociedade machista”, diz. ● **e.c.e.**
JOSÉ MARIA TOMAZELA